



24(1):5-11
jan./jun. 1999

EDITORIAL

PERSPECTIVAS SOBRE O SUJEITO

Nos últimos anos, no campo das chamadas Ciências Humanas, discute-se insistentemente, de um lado, problemas relativos a identidade, subjetividade, diferença, singularidade; de outro, temas como multiculturalismo, pluralidade e diversidade cultural. O problema do sujeito, sem dúvida, é central nesses dois conjuntos de questões. Num tempo em que – embora a marca profunda de grandes projetos e ações globalizantes –, nas mais diferentes práticas culturais nos voltamos tão radicalmente para a afirmação das individualidades e das diferenças, em que falar em subjetividade se torna obrigatório, mesmo em terrenos tradicionalmente voltados para o “social”, afinal, de que sujeito ou de que sujeitos estamos tratando? Como os novos problemas sobre esses lugares tão complexamente imbricados – do social e do individual – se situam para nós, que atuamos no campo da educação?

Neste número de *Educação & Realidade*, nosso Tema em Destaque procurou reunir alguns artigos que justamente procurassem discutir, de pontos de vista bastante distintos entre si, mas perfeitamente intercambiáveis, diferentes perspectivas sobre o sujeito.

Organizado em cinco tópicos principais – sujeito do enunciado e sujeito da enunciação, sujeito e verdade, sujeito e diferença, sujeito e cultura, sujeito e educação – o artigo de Margareth Schäffer – “Subjetividade e enunciação” – tece uma rica e criativa argumentação a respeito da pergunta sobre o sujeito. A autora começa afirmando que reconhecer a singularidade e a diferença dos sujeitos é algo que sempre passa por relações de poder. Esse é um pressuposto básico pois, ao estabelecer uma ruptura com essa ordem de coisas, pode-se então afirmar a singularidade, o estilo próprio, a criação para si, de si mesmo, como obra de arte. Essa possibilidade tem a ver diretamente com o campo da enunciação, esse ato individual através do qual o sujeito se produz e é produzido, e que só existe no interior das práticas culturais: “qualquer possibilidade de enunciar-se uma verdade acerca do sujeito passa, necessariamente, pelos significantes que aí (na cultura) circulam”.

A partir de Deleuze, Margareth Schäffer discute os conceitos de diferença e de identidade: se o conceito de identidade foi tomado como valor absoluto e agora é questionado, também o elogio da diferença, da pluralidade, tão presente hoje, pode cair no mesmo problema: ou seja, simplesmente vir a ocupar o lugar da identidade absoluta. “Tomar a diferença como valor absoluto, tal como a identidade foi tomada, significa atribuir-lhe um valor por si mesma – ela é boa *per se*”. A seguir, utilizando-se das idéias de Lacan, Deleuze, Bhabha, Michel Serres, De Certeau e Derrida, a autora insiste em ver mais complexamente as categorias de identidade e diferença. Para ela, valorizar a diferença é buscar o reconhecimento através dos outros, o reconhecimento do Outro – o que passa necessariamente por uma negociação permanente e constitutiva do sujeito com a cultura –, desde as experiências mais radicais de desenraizamento (viver em país estrangeiro) até as mais cotidianas (transitar “de uma experiência para outra, de um dia para o outro, de uma dor para outra”). Desenraizar-se não quer dizer, portanto, desidentificar-se.

A autora reafirma: é preciso ir além das palavras mágicas de nosso tempo – arte da existência, ética da existência, estética da existência, diferença, singularidade, estilo –, palavras sempre relacionadas ao sujeito. Elas mesmo são significantes referidos a enunciados gestados em nossa época. Para compreendê-los nessa sua concretude histórica, talvez precisemos usar ferramentas como a da ambivalência, do duplo, da complexidade, e compreender, como Didi-Huberman, que “o que vemos é também o que nos olha”.

A autora trata da importante distinção entre enunciado e enunciação, a partir da psicanálise (especificamente, Lacan), mas com o objetivo de discutir mais amplamente as relações entre sujeito e cultura, ou melhor, para tratar das “clivagens do sujeito”. Se a linguagem constitui o sujeito, e se a ambivalência é companheira eterna da linguagem, temos que “o sujeito é ambivalente por sua própria constituição”. Ora, há uma ânsia em eliminar as ambigüidades, as ambivalências, os “entre-lugares”, como nos fala Homi Bhabha, tanto nas ações coletivas como nas individuais – e aí é que se geram todas as intolerâncias, todas as negações do outro e do diferente, da alteridade, das misturas.

Nesse ponto, a autora se pergunta o quanto esse problema assim colocado – do sujeito em relação com a enunciação, a ambivalência e os entre-lugares da cultura – teria estreita intimidade com o tema da produção de subjetividades na educação. Haveria, segundo Margareth Schäffer, uma infância “esperada”, um aluno “desejado” pela escola, de tal modo que se cria, no espaço das práticas escolares, uma criança que não aprende, uma criança “des” ou “in” (desatenta, com distúrbios, indisciplinada, com desvio de inteligência ou comportamento, etc.), constituída como problema e destinada a tratamento clínico. Partindo da idéia da escola como lugar fundamental de reconhecimento social para a criança, a autora problematiza o tema do sujeito “des”, mostrando como a escola, atualmente, em meio a toda uma discursividade sobre respeito às diferenças, a construção do conhecimento, o questionamento das ideologias, a importância do desejo, acaba mais uma vez por “normalizar” ou “normativizar” tudo o que

provém desses discursos. E propõe que talvez a possibilidade ou a necessidade maior hoje seja a de a escola (e não só ela) contemplar efetivamente as singularidades e as marcas estilísticas de cada um., abrir-se às ambivalências e aos “desvios de ordem” das pessoas.

Em “Foucault e o desejável conhecimento do sujeito”, segundo artigo deste número, apresenta-se a discussão do tema do sujeito na obra de um autor que compartilha de preocupações semelhantes às de Deleuze e Serres, por exemplo, especialmente por ter mostrado os fortes e inevitáveis elos entre as relações de poder, a cultura e a produção dos sujeitos. Tomando como ponto de partida perguntas a respeito de um presente em que, nos mais diferentes espaços da cultura, observa-se um quase obsessivo voltar-se sobre o sujeito individual e privado – faço neste artigo uma reconstrução da trajetória de Michel Foucault, pontuando em cada momento de sua obra o modo de ali ser concebida e polemizada a questão do sujeito.

A proposta do artigo é oferecer ao leitor um rastreamento de obras e fases bastante distintas entre si, destacando tópicos em que Foucault questiona e complexifica a noção de sujeito. Desse modo, é possível acompanhar importantes reflexões sobre: a) o surgimento de uma “ciência da alma”(em *História da loucura*) e do modo como se plantaram as bases de uma ciência médica do corpo (em *O nascimento da clínica*) – estudos nos quais Foucault tece argumentos extremamente criativos a respeito da construção de uma história de formas, técnicas e práticas de “saber sobre o sujeito”; c) a constituição das ciências humanas, ou seja, a idéia de que o homem é determinado pelo que se sabe dele e de que só assim ele enfim pode ser conhecido (em *As palavras e as coisas*); d) o que seria o “sujeito do discurso”, a “dispersão do sujeito”, a idéia de “sujeito como lugar vazio”, que o autor expõe teórica e metodologicamente, em oposição a uma suposta “atividade sintética” do sujeito, fortemente presa à noção do devir histórico e da própria soberania do sujeito (de modo especial em *A arqueologia do saber*); e) o nascimento, no século XVIII, da alma moderna, da fragmentação dos indivíduos, da sociedade disciplinar, do bio-poder, da vigilância e docilização dos corpos (em *Vigiar e punir*); f) a história dos saberes sobre o sexo, da colocação do sexo em discurso, das “tecnologias do eu”, sobretudo da técnica da confissão (em *A vontade de saber*); g) as formas pelas quais fomos levados, desde a sociedade grega clássica, a reconhecer-nos como “sujeitos de desejo”, constituindo uma “hermenêutica de si” e aprendendo a não separar sexo e moral (em *O uso dos prazeres*); h) finalmente, a “cultura de si”, esse meio de o homem fazer de si um objeto de conhecimento e *locus* de transformação de si mesmo (em *O cuidado de si*).

O importante a destacar é a chave que Foucault oferece para, a partir dessas discussões e polêmicas em torno do tema do sujeito, apresentadas em sua radicalidade histórica, também nós problematizarmos hoje, em nossa cultura, as formas concretas de constituirmos uma determinada ciência do sujeito, que certamente é herdeira desse paradoxal mecanismo de produção de verdade, que alia uma profunda vontade de saber a uma obstinada vontade de não-saber –

presente, por exemplo, nas práticas escolares, nas programações de televisão e em tantos outros lugares, em que se aperfeiçoam técnicas de uma ilimitada exposição de “si mesmo”, acolhida por conselheiros do corpo e da alma que não cansam de proliferar: médicos, psicólogos, psicopedagogos, comunicadores alçados a diretores espirituais, etc. Para além de uma profunda crítica à cultura contemporânea, a obra de Foucault oferece também o elogio à afirmação de nossa própria singularidade, de nosso estilo, da busca de constituição de nós mesmos como obra de arte.

O texto de Tânia Galli Fonseca, a seguir, “Heterogênes e devir: subjetivação na perspectiva da diferença”, nasce de uma série de estudos e pesquisas sobre as categorias de trabalho e gênero, a partir dos quais a autora se propõe a colocar em debate recentes discussões sobre o tema da subjetividade, apoiada em autores como Deleuze, Guattari, Michel Serres e Pierre Lévy. Novos caminhos explicativos são buscados, no sentido de compreender a noção de subjetividade, para além da idéia reducionista de consciência (e de suas representações). O foco do debate está nas noções de diferença e de diferenciação, na idéia de que não há hierarquias fixadas definitivamente para a constituição dos sujeitos e que, portanto, a subjetividade seria sempre “plural e polifônica”. Citando Felix Guattari e Suely Rolnik, a autora sublinha que os processos de subjetivação não seriam localizados propriamente em indivíduos ou grupos, mas num processo de devir, de apropriação e de transformação do que estaria “fora” mas que é “dentro” também, daquilo que é possível e necessário ser vivido pelos indivíduos, na busca de singularização, nessa mútua constituição do social e do individual. Assumindo os pressupostos de Pierre Lévy, Tânia Fonseca relaciona o tema da constituição de sujeitos em nossa cultura à lógica do hipertexto – heterogênea, múltipla, descentrada –, para defender uma concepção transversalista de subjetividade.

Segundo essa perspectiva, um campo de conhecimento como o da Psicologia poderia, sem abandonar seu objeto específico (o sujeito individual), concebê-lo mais profundamente articulado com o que se poderia chamar de “exterioridade”. Trata-se do mesmo tema visto nos artigos anteriores de nosso Tema em Destaque: a necessidade de “complicar” o antigo e ainda tão atual conflito entre “sujeito e mundo”, “individual e social”, “estrutura e ação”. No final de seu artigo, Tânia Fonseca utiliza o exemplo da teoria feminista – apoiando-se em Joan Scott e Sandra Harding – para reforçar a idéia de construção de subjetividades múltiplas, já que também, conforme essas autoras, a categoria de gênero, sozinha, não poderia fornecer todas as explicações para as tantas realidades que nos inquietam na contemporaneidade. Por mais múltiplas que sejam as possibilidades de individualização, hoje, estas só são possíveis a partir de uma inseparável relação entre o “dentro” e o “fora”.

O quarto artigo desta série – “O sujeito do conhecimento: contribuições da epistemologia genética” –, de Fernando Becker, traz para o debate uma visão bastante específica da compreensão sobre o tema do sujeito: fundamentada ba-

sicamente em Piaget, a argumentação do autor centra-se na complexidade da relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. O autor destaca que o conceito de sujeito, nessa perspectiva, não seria jamais um conceito rígido: ou seja, interrogando e tematizando os objetos, o “fora”, o mundo, inclusive a eles próprios, os indivíduos – sujeitos situados historicamente – constituem a si mesmos e à cultura de que participam, numa relação de tal forma dinâmica e em movimento que por vezes se tornaria difícil delimitar o que seria exclusivo do sujeito e o que seria exclusivo do objeto.

A partir de um dos postulados máximos da epistemologia genética piagetiana – que afirma o permanente estado de “construção” do sujeito –, Fernando Becker revisa os diferentes estágios da constituição do sujeito cognitivo, esse processo de abstração que se faz pela coordenação de ações cada vez mais complexas, e que fundamentalmente depende da qualidade das interações vividas. A linguagem, aí, teria um lugar privilegiado, na medida em que configuraria sempre uma ação “superior”, o instrumento básico da troca que os sujeitos fazem entre si e, portanto, da própria constituição do sujeito e da construção do conhecimento.

Segue-se, no artigo, uma exposição sobre as relações entre sujeito cognitivo, sujeito psicológico e sujeito biológico – na realidade, três instâncias de um mesmo sujeito – e, depois, sobre a importância da construção das ações e da tomada de consciência, aspectos que não se separam do que seria a “constituição da subjetividade”. O raciocínio feito reafirma o quanto o sujeito epistêmico não é fruto da herança genética, nem resultado da ação do meio, nem ainda mera soma desses dois conjuntos de fatores; mas, antes, constituído pela ação do indivíduo sobre o meio e sobre si mesmo, numa relação de troca permanente com essas instâncias constituidoras do sujeito. Para o autor, a gênese e o desenvolvimento do sujeito epistêmico estariam centrados na idéia da auto-regulação, que se prolongaria como equilíbrio ou “abstração reflexionante”; porém – é preciso não esquecer –, a ação espontânea seria sempre o grande ponto de partida. A rica produção de Piaget, conforme Becker, continuaria tendo, para o campo da educação, o papel fundamental de apontar os modos e leis de formação do sujeito epistêmico – primeiro passo para quem deseja formar ou educar meninos e meninas, homens e mulheres.

Abrindo nossos Temas Especiais em Educação, temos o artigo “Orden y disciplina son el alma de la escuela”, dos professores argentinos Claudia van der Horst e Mariano Narodowski. Como funcionam os dispositivos de poder da escola moderna? – essa pergunta está na base de toda a argumentação dos autores, cujo objetivo é explicitar que saberes e aprendizagens se efetuam, concretamente, no interior das relações escolares. Primeiramente, o tema do poder é discutido em relação à história da escola na cultura ocidental, a partir da perspectiva de Foucault: os autores mostram como essa instituição chegou a assumir uma estratégia política de moralização e controle de meninos e meninas, especialmente aqueles das camadas populares, e um lugar privilegiado de criação e desenvolvimento de práticas disciplinadoras na sociedade moderna.

Para os autores, não seriam os decretos, os grandes projetos governamentais, os planos estatais de educação aquilo que definiria a escola, mas particularmente as práticas cotidianas, as minuciosas regras e normas geradas nesse espaço, os discursos que nele circulam e se constroem. A partir daí, procede-se a uma análise de algumas práticas escolares do início do século, a começar pelas formas de ingresso do aluno na escola, até chegar às múltiplas formas de avaliação – incluindo aí o preenchimento de fichas, o histórico escolar, os boletins, os exames, as reuniões docentes, um leque imenso de registros e informações sobre meninos e meninas, além das diferentes estratégias de uso do tempo e do espaço bem como de vigilância e penalização –, que gerariam, conforme van der Horst e Narodowski, um vasto campo de conhecimentos acerca dos sujeitos, ao mesmo tempo que os submeteriam a uma visibilidade permanente e obrigatória.

Finalmente, os autores se perguntam sobre a escola de hoje, que estaria operando sobre os “escombros da (velha) escola moderna”, mas com características muito próprias, como a da centralidade no aluno e a da extrema valorização da juventude. Hoje, não é a escola que propõe exigências à família e à sociedade mais ampla, mas é ela que deve adaptar-se à sociedade ou pelo menos compreender o que, por exemplo, é ensinado cotidianamente pela hegemonia da cultura midiática. As palavras básicas são a heterogeneidade, a diversidade, a integração e o consenso, substituindo outras como homogeneização, segregação, conflito. Para os professores argentinos, trata-se de pensar nessas novas estratégias de poder, nos múltiplos efeitos de governabilidade que aí estão colocados e que modificam profundamente o diagrama das relações de poder na instituição escolar.

Como é construído o discurso da chamada “Educação Matemática”? Para responder a essa pergunta, Lisete Bampi analisa uma série de textos retirados de revistas especializadas, de anais de encontros científicos, livros e outras publicações didáticas, nessa área, utilizando para isso o instrumental foucaultiano relativo à descrição dos discursos e dos mecanismos e estratégias de poder e saber na cultura. O artigo, fruto da dissertação de mestrado de Lisete, procura mostrar os efeitos de verdade do discurso da Educação Matemática, basicamente os que apontam para o que, nesse campo, significa “vontade de totalização” e uma proposta de “cidadania plena”. A autora traz exemplos de teóricos como D’Ambrosio, que defendem o caráter holístico do conhecimento, no caso, da Etnomatemática, associado às idéias de transdisciplinaridade e interdisciplinaridade que, por sua vez, remetem a uma busca de totalidade, a uma “vontade de evoluir e de transcender”, presentes na maioria dos textos analisados. Para a autora, essa busca de totalidade não fica isenta de todo um tom normativo, prescritivo e ufanista. Ao mesmo tempo, esse afã de um conhecimento global, dado pelo que vem sendo chamado de Educação Matemática, está associado, segundo a análise feita por Lisete Bampi, a um ideal de salvação, de liberdade e de promessa de cidadania, que estaria na base do discurso e das práticas aí em jogo.

José Antonio Castorina, em “Los problemas epistemológicos en la escuela socio-histórica”, encerra a seção dos Temas Especiais em Educação. Estabelecendo comparações entre os pensamentos de Vigotsky e Piaget, o professor argentino apresenta com uma preciosa síntese das teses epistemológicas de Vigotsky e expõe questões fundamentais relativas aos processos de aprendizagem e do desenvolvimento. Entre elas, a que indaga: o fato de estes processos serem explicados por uma espécie de “internalização” das ferramentas culturais envolveria ou não a posição epistêmica do aprendiz? A partir de vários estudos de Vigotsky, Castorina coloca em debate a questão sobre a “internalização” do cultural pelos sujeitos, concluindo que esta, na interpretação do pensador russo, é sempre bi-direcional. Concluindo, o autor afirma que as teses epistemológicas de Vigotsky teriam alguns traços comuns com o que se chama hoje de “pensamento piagetiano renovado”.

Nossa Resenha Crítica, assinada por Margareth Schäffer – “Entre-lugares da cultura: diversidade ou diferença?” – traz para o debate a obra *O local da cultura*, do pensador indo-britânico Homi Bhabha, um livro que trata de temas hoje tratados nos mais diferentes campos do conhecimento, particularmente o tema das diferenças, contraposto a tudo o que lembre “identificações fixas”. Como assinala Schäffer, “falar de sujeito, para Bhabha, significa falar da constituição de sujeitos culturais híbridos, bem como falar de cultura significa pensar para além da oposição sujeito/cultura”. Ou seja, nesta resenha, volta-se à discussão colocada nos artigos que compõem nosso Tema em Destaque, sobre o sujeito hoje, e que nos convidam, insistentemente, a operar com conceitos ou noções que remetem a “estranhamentos”, a “hibridismos”, a “entre-lugares”, a “espaços migrantes”, os quais, por sua vez, nos encaminham a pensar de outros modos a questão da diferença – objeto, aliás, do Tema em Destaque no próximo número de *Educação & Realidade*.

Aos nossos leitores e leitoras, que este número possa oferecer inquietação e motivos para que cada um possa converter o próprio olhar sobre problemas tão antigos como este das relações entre o sujeito e a cultura. Talvez a inspiração para isso possa ser, antes de qualquer leitura, a homenagem que prestamos a Daisy Lara de Oliveira – colega e amiga que prematura e tragicamente nos deixou neste primeiro semestre de 1999: o texto afirma a radical singularidade de uma mulher que soube viver intensamente a riqueza e a multiplicidade dos diferentes papéis de mãe, filha, esposa, amiga, aluna, colega, pesquisadora e professora, atenta ao seu tempo, à sua cultura, a seus afetos e à sua capacidade de luta e criação.

Rosa Maria Bueno Fischer
Editora